



Um lugar para a cana no mapa do Brasil

■ MOACIR JOSÉ

Três anos atrás, a expansão acelerada da cana-de-açúcar parecia estar prestes a lançar a pecuária para fora do mapa das atividades competitivas e rentáveis. Com o crescimento da participação dos biocombustíveis, em especial o etanol, na matriz energética, haviam-se esparramado pelo País pelo menos duas centenas de projetos de instalação de usinas de produção de etanol e açúcar. Com a queda nos preços internacionais do petróleo e do açúcar, há pouco mais de um ano, porém, o movimento arrefeceu.

Certo de que a produção de etanol voltará a se expandir novamente – com a previsão de dobrar, dos 27,6 bilhões de litros atuais para mais de 50 bilhões até 2017 –, o governo federal, em iniciativa inédita, tornou pública, em 17 de setembro, a sua proposta de Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar, que será enviada ao Congresso Nacional.

A proposta está contida no Decreto nº 6.961, que institui o zoneamento a partir da safra 2009/2010, e no projeto-de-lei que estabelece as suas diretrizes, entre as quais a delimitação das áreas onde não se poderão construir novas usinas nem se implantar no-

vas lavouras da gramínea. São elas os biomas Amazônia e Pantanal, a Bacia do Alto Paraguai, que compreende parte dos territórios do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, e as áreas de vegetação nativa de outros biomas.

Na justificativa, o governo argumenta que o zoneamento tornará a produção de etanol ainda mais eficiente, estimulando o comprovado benefício ambiental do uso do biocombustível produzido com a cana-de-açúcar. Para atingir plenamente os objetivos do zoneamento, o governo autoriza a produção apenas em áreas que não necessitem de irrigação e onde o corte possa ser

■ Áreas aptas
■ Áreas restritas – Bacia do Alto Paraguai e biomas Amazônia e Pantanal

Metade das áreas definidas como livres para produção de etanol e açúcar encontra-se ocupada com pastagens

mecanizado, eliminando-se a prática de queimadas e a precariedade do vínculo empregatício que tem caracterizado as relações de trabalho no setor. Para isso, o presidente Lula assinou um decreto que orienta o Conselho Monetário Nacional a estabelecer novas condições, critérios e vedações para o crédito rural e agroindustrial.

As áreas da Amazônia, Pantanal e Bahia do Alto Paraguai, somadas àquelas onde o plantio já não é permitido, como as unidades de conservação e terras indígenas, fazem com que fique vedado o plantio da cana em 92,5% do território nacional. Os 7,5% restantes correspondem a 64,7 milhões de hectares, ou 11,4% das terras agricultáveis do País. Atualmente, o cultivo de cana ocupa 8,89 milhões de hectares, menos de 1%; até 2017, com a duplicação da produção de etanol, esse percentual deverá elevar-se a 1,7%.

FINANCIAMENTO - As áreas identificadas no zoneamento

como as mais indicadas para a cultura da cana, em termos de condições de solo e mecanização, receberão tratamento prioritário no financiamento público, segundo informa Cid Jorge Caldas, coordenador geral de açúcar e álcool, da Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Atualmente, 34,2 milhões de hectares considerados no zoneamento como de alta e média aptidão para a expansão da cultura da cana estão ocupados pela pecuária.

Caldas, do Mapa: para alimentação animal, não há problema.

Nas áreas vedadas à expansão da cultura, poderão continuar operando somente as usinas que já obtiveram a Licença Ambiental de Operação. “Se uma usina tem projeto para produção de 4 milhões de toneladas e está utilizando somente a metade dessa capacidade, vai poder im-

plementá-lo somente se dispõe da licença, que tem prazo de validade de oito anos. “Caso contrário, perde esse direito”, explica Caldas, ao esclarecer que o projeto-de-lei cuida de assegurar a continuidade dos investimentos já feitos.

Da mesma forma, áreas de produção de cana destinadas à alimentação animal e ao fabrico de cachaça, por exemplo, não são objeto das restrições estabelecidas no zoneamento, informa Caldas. Ao estabe-

lecer o zoneamento, o governo visa a coibir eventuais danos causados pela produção de etanol ao meio ambiente. A proposta não caracteriza restrição à atividade produtiva, considerando-se que, segundo estimativa da Embrapa, somente nos Cerrados há 50 milhões de hectares de pastagens degradadas ou subutilizadas, que poderiam ser incorporados a sistemas de produção intensivos.

DIVERGÊNCIAS - A proposta governamental de zoneamento agroecológico da cana assenta em estudos realizados ao longo das últimas décadas por instituições de pesquisa, como a Embrapa. Ainda assim, não foi acolhida com aprovação em toda parte. Ela se choca, por exemplo, com a proposta de zoneamento econômico e ecológico do Estado do Mato Grosso do Sul. Projeto-de-lei nesse sentido, que tramita na Assembleia Legislativa do Estado, diferentemente da proposta do governo federal, não considera como área de risco ambiental 1,3 milhão de hectares nas cercanias do Pantanal, numa faixa entre os municípios de

São Gabriel d'Oeste e o de Sonora, na divisa com o Mato Grosso.

“Cerca de 90 entidades participaram da elaboração do estudo, inclusive a Embrapa e organizações não governamentais. Essa região não é só Pantanal”, afirma Eduardo Riedel, produtor e vice-presidente da Famasul-Federação de Agricultura do Mato Grosso do Sul. Segundo Riedel, ali se pratica uma pecuária extensiva, de baixa produtividade, que poderia dar lugar à produção de bens de maior valor, gerando mais empregos e proporcionando mais progresso para a região. “Entendemos a preocupação do governo federal de assegurar, no encontro de Copenhague (reunião internacional na capital da Dinamarca, a realizar-se em 18 de dezembro, para debater o aquecimento global), que o etanol brasileiro é oriundo de produção limpa, não agressiva ao meio ambiente. Mas achamos um contrassenso proibir a produção nessa região”, diz o representante da Famasul.

Mas Riedel admite, com Cid Caldas, do Mapa, que a área de expansão da cana estabelecida pelo zoneamento para o Mato Grosso do Sul é mais do que suficiente – 10,8 milhões de hectares, em contraposição aos 275 mil hectares utilizados atualmente. “Apenas defendemos que uma região, que no entender do Estado não oferece risco ao meio ambiente e que é carente de empreendimentos, deva permanecer liberada para tal.” Quanto à pecuária, Riedel é da opinião que o zoneamento não irá prejudicá-la, mesmo que tenha sido mantido livre para a exploração da cana cerca de um terço dos 35 milhões de hectares do Estado. “A previsão é que a cana ocupe um milhão de hectares nos próximos cinco anos. Não ameaça, portanto, uma atividade que está presente em 20 milhões de hectares.”

RISCO DE CONFLITO - No vizinho Mato Grosso – que detém o maior rebanho bovino do País, com 25 milhões de cabeças, em área de 26 milhões de hectares, ou 29% dos 90 milhões de hectares do Estado –, a

Onde a cana pode avançar

Goiás é o Estado de maior potencial (em milhões de hectares)

Estado	Área total	Área cultivada com cana	Área para expansão
Goiás	34,008	0,401	12,600
Minas Gerais	58,652	0,601	11,250
Mato Grosso do Sul	35,712	0,275	10,869
São Paulo	24,820	3,851	10,645
Mato Grosso	90,335	0,223	6,812
Paraná	19,931	0,524	4,039
Rio Grande do Sul	28,174	0,002	1,527
Tocantins	27,762	0,005	1,140

Fonte: ZAE-Cana/Mapa



proposta federal também não recebeu plena acolhida. Embora tenham sido assegurados 6,8 milhões de hectares, ou 7,5% do território estadual, para expansão da cana, que atualmente ocupa 223 mil hectares, existe o receio de conflitos futuros entre a produção de alimentos e biocombustíveis.

Da área liberada para a expansão da cana, 4,5 milhões de hectares, ou mais da metade, encontram-se ocupados por grandes produtores de grãos e fibras, sobretudo soja, milho e algodão, informa Normando Corral, vice-presidente da Fama-to-Federação de Agricultura do Mato Grosso (Famato). “Como o projeto-dele prevê necessidade de autorização do Ministério da Agricultura toda vez que se vislumbrar a possibilidade de conflito entre produção de alimentos e de biocombustível, a autorização pode não sair”, diz ele. Em resposta, Cid Caldas, do Ministério, argumenta que a preocupação não procede, uma vez que uma situação somente será caracterizada como de conflito na hipótese da ocorrência de risco à segurança alimentar do País.

Ele Corral prossegue: “Nos restantes 2,3 milhões de hectares, não ocupados pelas lavouras de grãos, as condições climáti-



Riedel, da Famatusul:
A região do Alto Paraguai poderia ser utilizada.



Corral, da Famato:
áreas contempladas do Mato Grosso não são atraentes.

cas não são tão favoráveis à cultura da cana, pois apresentam baixos índices de pluviosidade, obrigando à irrigação de salvamento. Ou seja, são pouco atraentes.” Na sua opinião, a região mais adequada ao plantio da cana é justamente a da Bacia do Alto Paraguai, vedada à cultura pelo zoneamento federal”. Na região, responsável por 85% da produção de etanol do Mato Grosso, encontram-se em operação sete usinas.

“Ao longo do tempo, mesmo quem permanecer na produção de cana e etanol vai perder o interesse, porque não poderá se expandir; não se criará um pólo indus-

trial, com empresas integradas à cadeia do açúcar e do etanol”, diz Corral, chamando a atenção para a importância estratégica da região para o desenvolvimento estadual: dos 141 municípios do Estado, 115 estão na Bacia do Alto Paraguai. “Não há estudo técnico e científico que demonstre a possibilidade de risco de agressão ao meio ambiente. Existem usinas em operação na região há 25 anos, e nunca houve problema, porque a cana é a cultura mais preservacionista que existe. Não há motivo para essa proibição”.

A atividade pecuária também será prejudicada, opina Corral. “Indiretamente, porque o avanço da cana forçaria a intensificação da pecuária nas áreas que lhe restassem; e também porque as novas usinas que viessem a ser instaladas deixariam subprodutos para a alimentação animal. Diretamente, porque a proibição abre caminho para a autoridade governamental vedar no futuro a implantação ou expansão de outras atividades em áreas ambientalmente sensíveis, a exemplo do que ocorre na Amazônia.

A esperança de Corral, de alterar a proposta de zoneamento, está no Congresso Nacional, que vai discuti-la em audiências públicas.

Rentabilidade favorece a cana

Por ser a cultura que ocupa a maior parte da área cultivada – 157 milhões de hectares –, a pastagem é naturalmente também a principal candidata a perder espaço para a expansão da cana. De acordo com o zoneamento proposto, basta que a área seja adequada para a colheita mecanizada (declividade de até 12%), para ser ocupada pela lavoura de cana. Porém, no cotejo com a atividade pecuária, isso não é tudo. A instalação de novas usinas e a ampliação da capacidade de produção estão na dependência do resultado financeiro da atividade. Um estudo realizado pela consultoria Projeta, de Araçatuba, SP, no final de 2007, mostrava que enquanto um sistema produtivo pecuário com lotação de uma Unidade Animal (450 kg) por hectare, ganhando 350 gramas de peso por

dia – um padrão comum na atividade –, proporcionava receita de R\$ 270,00/ha/ano, um hectare de cana, com produção de 70 toneladas – média do setor –, propiciava uma receita de R\$ 515,00/ha, quase duas vezes mais.

Tais resultados permitem compreender a conclusão a que chegou um outro estudo, que mostrou que entre 2005 e 2008 a produção de cana nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul cresceu 16% ao ano, em grande parte sobre áreas de pastagens. Intitulado “Perspectivas da Expansão da Cana-de-Açúcar no Brasil: Impactos em Mudanças de Usos Diretos e Indiretos”, o estudo foi realizado por pesquisadores do Icone-Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais, do Inpe-Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

e da Esalq-Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP. Entre 2007 e 2008, foram cedidos para a cana 2,185 milhões de hectares, dos quais quase um milhão, ou 45%, era ocupado por pastagens.

As áreas cedidas para a cana pela pecuária não são necessariamente de pastagens degradadas. Segundo a pesquisadora Laura Barcellos Antoniazzi, do Icone, uma das autoras do estudo, não foi possível identificar pelas imagens de satélite a condição da pastagem. “O que percebemos é que boa parte das áreas era subutilizada pela pecuária, pois a sua redução não se fez acompanhar da redução de rebanho e da produção de carne. Ou seja, teria havido intensificação da pecuária nas regiões que perderam espaço para a cana”, diz ela. ■